

Petição:	Colectiva
Nome do 1º Peticionante ou de Pessoa Colectiva:	Pedro de França Ferreira Marques de Sousa
Morada:	
Local:	
Código Postal:	
Endereço Electrónico:	
Documento de identificação:	BI Nº                      válido até:
Objecto sucinto da sua Petição:	Por um GOVERNO DE INICIATIVA PRESIDENCIAL liderado por MEDINA CARREIRA
Texto da sua Petição:	<p>Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República da próxima Legislatura, 1. A situação do País, por via do descalabro das Contas do Estado e não pela aludida "crise internacional", é insustentável. 2. As condições de vida dos portugueses, suas famílias e empresas, por via de mais um abusivo agravamento fiscal (directo e indirecto), pela redução das prestações sociais e pelo corte nas remunerações, têm sido, e serão, substancialmente agravadas em 2011. 3. O actual Governo constitucional (entretanto em gestão corrente) tem-se mostrado manifestamente impotente para reduzir o desperdício, ou seja, para não gastar mais do que estava inicialmente orçamentado na Lei do Orçamento de Estado. 4. É condição de credibilidade, nacional e internacional, até para notações mais vantajosas à dívida pública soberana, que um Governo consiga gerir o seu próprio orçamento. Ora, sucede que (retirando da análise as rubricas 7 - gestão da dívida e da tesouraria pública - 50 - investimentos do plano - 60 - despesas excepcionais - e 70 - recursos próprios comunitários), o Estado Central português gastou a mais do que estava inicialmente orçamentado, nos últimos 4 exercícios orçamentais apurados e sob a governação do actual Primeiro-Ministro (e de acordo com os dados da Direcção-Geral do Orçamento do Ministério das Finanças): 2009 - € 1.308.694.216,67. 2008 - € 756.176.201,82 2007 - € 507.637.561,19 2006 - € 200.900.318,32 Total acumulado: € 2.773.408.298,00 (ou seja, aquilo que os "especialistas" chamam de "crise internacional"...). 5. Além da responsabilidade pessoal patrimonial que, num Estado de Direito em condições e digno desse nome, os responsáveis pela gestão orçamental deveriam estar obrigados a ressarcir o erário público (não se percebendo - ? - a inacção do Tribunal de Contas neste aspecto, e, já que gostam sempre de invocar bons exemplos europeus, na boa linha do que a Islândia fez recentemente), por aqui se vê que aquilo que é imposto por via dos PEC's 1, 2 e 3 (Planos para Enganar Cidadãos) nada mais serve do que para "pagar a factura" do que foi gasto a mais. 6. A referência à "crise internacional" é, pois, uma falsa questão. Estamos em crise porque (ainda) temos uma economia que sustenta o desperdício do Estado e impede o desenvolvimento de Portugal, a sua industrialização, desenvolvimento rural, das pescas, dos negócios internacionais e de</p>

aproveitamento daquilo que há de melhor em cada português, algo que o sistema de ensino não cuida de assegurar. 7. Um bom Governo não admitiria o acréscimo da despesa pública administrativa, aquela que não gera investimento, muito menos reprodutivo e sustentável. E muito menos o admitiria quem deveria fiscalizar a acção do Governo, em vez de se sujeitar à mordaza da disciplina partidária que transfere a dita Democracia parlamentar para os Gabinetes partidários. 8. Até a própria rubrica 50 - Investimentos (o célebre PIDDAC) – do Mapa II tem ficado, sucessivamente, aquém do orçamentado, precisamente para cobrir outros gastos: 2009: -€ 16.417.831,31 (ano de eleições) 2008: -€ 291.917.447,67 2007: -€ 205.218.445,67 2006: -€ 378.689.826,86 Total acumulado de investimento do plano por realizar: -€ 892.243.551,51 Pagamos impostos para que invistam no nosso País e por aqui se vê a aplicação dada. Nem conseguem respeitar o que eles próprios orçamentam. 9. Além destes "lucros cessantes" e danos emergentes" explicitados nos pontos anteriores, verificamos que o aumento da dívida pública nada tem a ver com o investimento, o qual, exceptuando uma pequena inflexão em 2008, explicitada no número anterior, foi sucessivamente diminuindo. Assim, a dívida pública, na rubrica orçamental 7 do Ministério das Finanças, teve a seguinte evolução: 2009: € 77.179.122.663,13 2008: € 91.157.448.516,39 2007: € 92.098.336.907,96 2006: € 55.657.034.905,88 E se quisermos ir aos anos anteriores: 2005: € 49.311.587.043,54 2004: € 33.068.461.756,40 2003: € 33.437.985.236,00 2002: € 19.264.184.600,00 10. Poucos serão os que acreditam numa idoneidade governativa por parte de quem não consegue controlar a despesa do Estado e apenas vê nos cidadãos (e no endividamento externo) como a solução sucessivamente "milagrosa" para continuar a governar. 11. Não é possível continuar a acreditar e a confiar em Governos que não tenham visão estratégica para Portugal, em Partidos que os sustentam que são incapazes de se auto-regenerarem e, muito menos, em políticos que demonstram total insensibilidade perante quem, como o Povo, sofre as consequências dos seus actos. 12. Urge, por conseguinte e face à actual ausência de alternativas adequadas (inclusive da parte de quem já apoiou PEC's anteriores), nomear e apoiar um Governo de iniciativa presidencial, liderado e integrado por pessoas sérias e credíveis, que coloquem os interesses colectivos acima dos interesses individuais, clientelares ou partidários. 13. O Prof. Medina Carreira (que tem, publica e sucessivamente, alertado os portugueses a respeito desta "situação insustentável", nas palavras de Verão do próprio Presidente da República) reúne as qualidades referidas no ponto anterior para liderar um Governo da iniciativa presidencial. 14. O Prof. Medina Carreira, decerto e no pressuposto de aceitação da nomeação, ora peticionada, deverá providenciar por um Orçamento de Estado mais justo, mais equilibrado, menos oneroso para as famílias e para as empresas portuguesas; deverá contemplar medidas de redução efectiva da despesa pública, do desperdício e de institutos públicos que nenhum "valor acrescentado" trazem para o País; deverá dar voz a todos os que queiram contribuir para a inversão deste "rumo" (ausente) que atenta contra a própria soberania de Portugal; e, na sua governação, deverá abster-se de nomear pessoas que, objectiva ou subjectivamente, tenham contribuído para o "descalabro" financeiro do Estado, institutos públicos ou sector público empresarial. Nessa medida,

solicitamos, imediatamente: A. Um Governo de iniciativa presidencial liderado pelo Prof. Medina Carreira, acumulando a pasta das Finanças; B. O apoio parlamentar maioritário dos partidos, representados na Assembleia da República na nova Legislatura resultante das eleições de 5 de Junho de 2011, assim que os mesmos sejam ouvidos pelo Presidente da República para efeitos de nomeação do Primeiro-Ministro, nos termos do artigo 187.º n.º 1 da Constituição da República Portuguesa, numa clara e inequívoca demonstração de que estão com o Povo português e não ao serviço das suas próprias clientelas e lobbies. C. O apoio dos Deputados à Assembleia da República, os que não queiram continuar com o "açaimo" da "disciplina partidária" (numa clara subversão constitucional ao princípio segundo o qual os Deputados representam o Povo), à presente petição. Os signatários,

Exmo. Senhor:

Presidente da Assembleia da República, da próxima Legislatura constitucional,

1. A situação do País, por via do descalabro das Contas do Estado e não pela aludida "crise internacional", é insustentável.
2. As condições de vida dos portugueses, suas famílias e empresas, por via de **mais um abusivo agravamento fiscal** (directo e indirecto), pela **redução das prestações sociais** e pelo **corte nas remunerações**, têm sido, e serão, substancialmente agravadas em 2011.
3. O actual Governo constitucional (entretanto em gestão corrente) tem-se mostrado manifestamente impotente para reduzir o desperdício, ou seja, para não gastar mais do que estava inicialmente orçamentado na Lei do Orçamento de Estado.
4. É condição de credibilidade, nacional e internacional, até para notações mais vantajosas à dívida pública soberana, que um Governo consiga gerir o seu próprio orçamento. Ora, sucede que (retirando da análise as rubricas 7 - gestão da dívida e da tesouraria pública - 50 - investimentos do plano - 60 - despesas excepcionais - e 70 - recursos próprios comunitários), o Estado Central português gastou a mais do que estava inicialmente orçamentado, nos últimos 4 exercícios orçamentais apurados e sob a governação do actual Primeiro-Ministro (e de acordo com os dados da Direcção-Geral do Orçamento do Ministério das Finanças):

2009 - € 1.308.694.216,67

2008 - € 756.176.201,82

2007 - € 507.637.561,19

2006 - € 200.900.318,32

**Total acumulado: € 2.773.408.298,00** (ou seja, aquilo que os "especialistas" chamam de "crise internacional"...).

5. Além da responsabilidade pessoal patrimonial que, num Estado de Direito em condições e digno desse nome, os responsáveis pela gestão orçamental deveriam estar obrigados a ressarcir o erário público (não se percebendo - ? - a inacção do Tribunal de Contas neste aspecto, e, já que gostam sempre de invocar bons exemplos europeus, na boa linha do que a Islândia fez recentemente), por aqui se vê que **aquilo que é imposto por via dos PEC's 1, 2 e 3 (Planos para Enganar Cidadãos) nada mais serve senão para "pagar a factura" do que foi gasto a mais.**
6. A referência à "crise internacional" é, pois, uma falsa questão. Estamos em crise porque (ainda) **temos uma economia que sustenta o desperdício do Estado e impede o desenvolvimento de Portugal**, a sua industrialização, desenvolvimento rural, das pescas, dos negócios internacionais e de aproveitamento daquilo que há de melhor em cada português, algo que o sistema de ensino não cuida de assegurar.
7. **Um bom Governo não admitiria o acréscimo da despesa pública administrativa**, aquela que não gera investimento, muito menos reprodutivo e sustentável. E muito menos o admitiria quem deveria fiscalizar a acção do Governo, em vez de se sujeitar à "mordaza" da disciplina partidária que transfere a dita Democracia parlamentar para os Gabinetes partidários.
8. Até a própria rubrica 50 - Investimentos (o célebre PIDDAC) - do Mapa II tem ficado, sucessivamente, aquém do orçamentado, precisamente para cobrir outros gastos:  
2009: -€ 16.417.831,31 (ano de eleições legislativas)  
2008: -€ 291.917.447,67  
2007: -€ 205.218.445,67  
2006: -€ 378.689.826,86

Pagamos impostos para que invistam no nosso País e por aqui se vê a aplicação dada. Nem conseguem respeitar o que eles próprios orçamentam.

9. Além destes **"lucros cessantes" e danos emergentes** explicitados nos pontos anteriores, verificamos que o aumento da dívida pública nada tem a ver com o investimento, o qual, exceptuando uma pequena inflexão em 2008, explicitada no número anterior, foi sucessivamente diminuindo. Assim, a **dívida pública**, na rubrica orçamental 7 do Ministério das Finanças, teve a seguinte evolução:

2009: € 77.179.122.663,13

2008: € 91.157.448.516,39

2007: € 92.098.336.907,96

2006: € 55.657.034.905,88

E se quisermos ir aos anos anteriores:

2005: € 49.311.587.043,54

2004: € 33.068.461.756,40

2003: € 33.437.985.236,00

2002: € 19.264.184.600,00

10. **Poucos serão os que acreditam numa idoneidade governativa por parte de quem não consegue controlar a despesa do Estado** e apenas vê nos cidadãos (e no endividamento externo) como a solução sucessivamente "milagrosa" para continuar a governar.
11. **Não é possível** continuar a acreditar e a **confiar em Governos que não tenham visão estratégica para Portugal**, em Partidos que os sustentam que são incapazes de se auto-regenerarem e, muito menos, em políticos que demonstram total insensibilidade perante quem, como o Povo, sofre as consequências dos seus actos.
12. **Urge**, por conseguinte e **face à actual ausência de alternativas adequadas (inclusive da parte de quem já apoiou PEC's anteriores), nomear e apoiar um Governo de iniciativa presidencial**, liderado e integrado por pessoas sérias e credíveis, que coloquem os interesses colectivos acima dos interesses individuais, clientelares ou partidários.
13. O Prof. **Medina Carreira** (que tem, publica e sucessivamente, alertado os portugueses a respeito desta "situação insustentável", nas

palavras de Verão do próprio Presidente da República) reúne as qualidades referidas no ponto anterior para liderar um Governo da iniciativa presidencial.

14. O Prof. Medina Carreira, decerto e no pressuposto de aceitação da nomeação, ora peticionada, deverá providenciar por um **Orçamento de Estado mais justo**, mais equilibrado, menos oneroso para as famílias e para as empresas portuguesas; deverá contemplar **medidas de redução efectiva da despesa pública, do desperdício e de institutos públicos** que nenhum "valor acrescentado" trazem para o País; deverá **dar voz a todos os que queiram contribuir para a inversão deste "rumo"** (ausente) que atenta contra a própria soberania de Portugal; e, na sua governação, **deverá abster-se de nomear pessoas que, objectiva ou subjectivamente, tenham contribuído para o "descalbro" financeiro do Estado**, institutos públicos ou sector público empresarial.

Nessa medida, solicitamos, imediatamente:

- A. Um Governo de iniciativa presidencial liderado pelo Prof. Medina Carreira, acumulando a pasta das Finanças;
- B. O apoio parlamentar maioritário dos partidos, representados na Assembleia da República na nova Legislatura resultante das eleições de 5 de Junho de 2011, assim que os mesmos sejam ouvidos pelo Presidente da República para efeitos de nomeação do Primeiro-Ministro, nos termos do artigo 187.º n.º 1 da Constituição da República Portuguesa, numa clara e inequívoca demonstração de que estão com o Povo português e não ao serviço das suas próprias clientelas e lobbies.
- C. O apoio dos Deputados à Assembleia da República, os que não queiram continuar com o "açaimo" da "disciplina partidária" (numa clara subversão constitucional ao princípio segundo o qual os Deputados representam o Povo), à presente petição.

Os signatários:

Ordem	Nome dos peticionantes signatários	BI, Cartão de cidadão, ou NIF
1	Pedro de França Ferreira Marques de Sousa	
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		
31		
32		
33		
34		